COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIPP S.A.

(Anteriormente denominada como: Companhia de Integração Portuária do Ceará – Cearáportos)

Relatório do auditor independente

Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Em 30 de setembro de 2019

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIPP S.A.
(Anteriormente denominada como: Companhia de Integração Portuária do Ceará – Cearáportos)

Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Em 30 de setembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Tel.: +55 85 3244 1221
Fax: + 55 85 3244 2480
www.bdo.com.br

Av. Desembargador Moreira, 2120
Sala 707/708, Aldeota
Fortaleza/CE 60170-001

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S.A.
(Anteriormente denominada como: Companhia de Integração Portuária do Ceará – Cearáportos)
São Gonçalo do Amarante - CE

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial, individual e consolidado, da Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S.A. ("Companhia"), em 30 de setembro de 2019, e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional "IAS 34 - Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)". Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalvas sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Ausência de controle do ativo imobilizado

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14 às informações contábeis intermediarias individuais e consolidadas, o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019 apresenta na rubrica de ativo imobilizado os montantes de R$ 5.909 mil e R$ 7.164 mil, respectivamente no individual e consolidado. A Companhia está revisando o sistema de controle físico do ativo imobilizado que fornecerá, quando concluído o processo, subsídios para análise da composição, movimentação e depreciação dos itens que compõem as respectivas rubricas do imobilizado, bem como comprovação documental do custo contábil registrado. Pelo fato de a revisão desse processo não ter sido concluída até a presente data, não nos foi possível determinar eventual necessidade de ajustes sobre o ativo imobilizado em 30 de setembro de 2019 e dos encargos de depreciação reconhecidos no período findo nessa data, assim como nos demais elementos das informações contábeis intermediarias individuais e consolidadas.

Direito de uso – ausência de documentação suporte

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15 às informações contábeis intermediarias individuais e consolidadas, o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019 apresenta na rubrica de ativo intangível os montantes de R$ 817.302 mil e R$ 899.174 mil, respectivamente no individual e consolidado, dos quais R$ 783.265 mil refere-se ao registro do "Direito de Uso" de ativos cedidos pelo Concedente. Até 30 de setembro de 2019 não havia sido deferido pela a Junta Comercial do Estado do Ceará – JUCEC o ato societário referente a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 27 de abril de 2019 que aprova a integralização ao capital social da Companhia o referido Direito de Uso por parte do Governo do Estado do Ceará. Consequentemente, não nos foi possível determinar a eventual necessidade de ajustes em relação ao ativo intangível, adiantamento para futuro aumento de capital e capital social em 30 de setembro de 2019.

Não consolidação de investida nas informações contábeis intermediárias comparativas

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 1 e 4, a Companhia adquiriu em julho de 2018, as ações da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará – ZPE. A Administração da Companhia não realizou procedimento de consolidação das informações contábeis intermediárias de sua controlada para o período findo 30 de setembro de 2018 (informações comparativas). Esse procedimento não está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Se a controlada Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará – ZPE tivesse sido consolidada em 30 de setembro de 2018, muitos elementos nas informações contábeis intermediárias comparativas acima referidas teriam sido afetados de forma relevante. Os efeitos da não consolidação sobre as informações contábeis intermediárias não foram determinados.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidas com ressalvas

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção "Base para conclusão com ressalvas sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Fortaleza, 02 de abril de 2020.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 CE 001465/F-4

Tiago de Sá Barreto Bezerra
Contador CRC 1 CE-024436/O-5

Balanço patrimonial individuais e consolidados
Períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de Reais)

Ativo

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/09/2019	31/12/2018 (reapresentado)	31/09/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	206.917	167.410	225.716	176.425
Contas a receber	10	8.580	14.657	10.512	16.552
Estoques		428	211	428	211
Impostos a recuperar	11	12.731	10.348	12.738	10.355
Despesas pagas antecipadamente		1.911	1.345	1.968	1.368
Dividendos a receber		213	213	-	-
Outros créditos		1.082	761	1.081	761
		231.862	194.945	252.443	205.672
Não circulante					
Aplicações financeiras	12	51.097	54.725	51.097	54.725
Depósitos judiciais		159	159	160	160
Tributos diferidos		5.754	2.856	5.754	2.856
Investimentos	13	100.093	90.906	23	23
Imobilizado	14	5.909	6.959	7.164	8.388
Intangível	15	817.302	832.613	899.174	914.561
Diferido		54	54	54	54
		980.368	988.272	963.426	980.767
Total do ativo		1.212.230	1.183.217	1.215.869	1.186.439

Passivo e patrimônio líquido

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/09/2019	31/12/2018 (reapresentado)	30/09/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Circulante					
Fornecedores	16	5.440	4.893	6.893	5.499
Obrigações fiscais	17	4.049	2.444	5.829	3.021
Obrigações sociais e trabalhistas	18	3.900	3.020	4.292	3.940
Valores a pagar por aquisição de investida	4	28.400	34.000	28.400	34.000
Dividendos a pagar		490	490	490	490
Participações nos lucros a pagar		11	5.090	11	6.194
Outras contas a pagar		52	103	66	118
		42.342	50.040	45.981	53.262
Não circulante					
Provisões para contingências	19	50.158	48.103	50.158	48.103
		50.158	48.103	50.158	48.103
Patrimônio líquido	20				
Capital social		286.393	286.414	286.393	286.414
(-) Ações em Tesouraria		-	(21)	-	(21)
Reserva de lucros a realizar		36.396	1.704	31.271	1.704
Reserva legal		2.819	2.819	2.819	2.819
Reserva de incentivo fiscal		10.772	10.772	15.897	10.772
Adiantamento para futuro aumento de capital		783.265	783.265	783.265	783.265
Ajustes de Avaliação Patrimonial		85	121	85	121
		1.119.730	1.085.074	1.119.730	1.085.074
Total do passivo e patrimônio líquido		1.212.230	1.183.217	1.215.869	1.186.439

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIPP S.A.

Demonstrações do resultado individuais e consolidados
Períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora				Consolidado	
		30/06/2019		30/06/2018		30/06/2019	
		Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receita líquida de vendas	21	42.952	116.938	41.385	109.355	53.854	148.745
(-) Custo dos serviços prestados	22	(15.064)	(40.516)	(14.058)	(37.771)	(18.136)	(48.641)
(=) Lucro bruto		27.888	76.422	27.327	71.584	35.718	100.104
(+/-) Despesas/receitas operacionais							
Gerais e administrativas	23	(18.613)	(54.985)	(7.563)	(21.780)	(22.394)	(66.761)
Despesas tributárias		(786)	(831)	(16)	(402)	(818)	(901)
Equivalência patrimonial	13	2.968	9.187	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais		(643)	(1.548)	(895)	(2.064)	(407)	(1.284)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		10.814	28.245	18.853	47.338	12.099	31.158
Despesas financeiras	24	(48)	(210)	(74)	(802)	(52)	(246)
Receitas financeiras	24	3.883	11.086	539	2.108	4.108	12.084
(=) Resultado financeiro líquido		3.835	10.876	465	1.306	4.056	11.838
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		14.649	39.121	19.318	48.644	16.155	42.996
(-) Impostos sobre a renda	25	(4.894)	(12.854)	-	-	(6.414)	(16.729)
(+) Incentivo fiscal - SUDENE	25	2.107	5.125	-	-	2.107	5.125
(-) Impostos diferidos	25	2.898	2.898	-	-	2.898	2.898
(=) Lucro do período		14.760	34.290	19.318	48.644	14.746	34.290

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIPP S.A.

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados
períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Controladora				Consolidado	
	30/06/2019		30/06/2018		30/06/2019	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Lucro líquido do período	14.760	34.290	19.318	48.644	14.746	34.290
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período	14.760	34.290	19.318	48.644	14.746	34.290

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Em milhares de Reais)

	Capital social	(-) Ações em tesouraria	Reserva de lucros a realizar / Prejuízos acumulados	Reserva legal	Reservas de incentivos fiscais	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (reapresentado)	53.414	(1)	(22.862)	2.716	-	-	121	-	33.388
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	48.644	48.644
Dividendos a pagar de exercícios anteriores	-	-	(8.838)	-	-	-	-	-	(8.838)
Saldos em 30 de setembro de 2019	53.414	(1)	(31.700)	2.716	-	-	121	48.644	73.194
Saldos em 31 de dezembro de 2018	286.414	(21)	1.704	2.819	10.772	783.265	121	-	1.085.074
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	34.290	34.290
Integralização de capital	(21)	21	-	-	-	-	-	-	-
Baixa de ajuste a valor presente	-	-	-	-	-	-	(36)	-	(36)
Outras ajustes ao lucro	-	-	402	-	-	-	-	-	402
Saldos em 30 de setembro de 2019	286.393	-	2.106	2.819	10.772	783.265	85	34.290	1.119.730

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIPP S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

períodos findos em 30 de setembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	34.290	48.644	34.290
Equivalência patrimonial	(9.187)	-	-
Depreciações e amortizações	26.006	1.818	26.925
Contingências	2.055	(1.934)	2.055
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa, líquidas	6.135	-	6.135
Lucro líquido ajustado	59.299	48.528	69.405
Aumento/(redução) nos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes	(58)	(5.773)	(95)
Estoques	(217)	(178)	(217)
Outros créditos	(3.219)	10.256	(3.218)
Impostos a recuperar	(2.383)	(14.417)	(2.383)
Despesas pagas antecipadamente	(566)	-	(600)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores	547	(558)	1.394
Obrigações fiscais	1.605	(341)	2.808
Obrigações sociais e trabalhistas	880	625	352
Participações nos lucros a pagar	(5.079)	(6.433)	(6.183)
Outras contas a pagar	(5.651)	79.471	(5.652)
Caixa líquido (aplicados)/gerados pelas atividades operacionais	45.158	111.180	55.611
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	3.628	-	3.628
Aquisição de bens do imobilizado/intangível	(9.710)	(16.498)	(10.379)
Baixa de ativo imobilizado	65	-	65
Aquisição de investimentos	-	(90.900)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(6.017)	(107.398)	(6.686)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	14	(8.838)	14
Outros ajustes ao lucro	388	-	388
Ajuste de avaliação patrimonial	(36)	-	(36)
Caixa líquido ou aplicado/(gerado) nas atividades de financiamentos	366	(8.838)	366
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalente de caixa	39.507	(5.056)	49.291
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	167.410	29.285	176.425
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	206.917	24.229	225.716
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalente de caixa	39.507	(5.056)	49.291

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

1. Contexto operacional

A atividade da Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S.A. ("Companhia" ou "CIPP") teve sua origem formal em 22 de dezembro de 1995, data de sua criação por meio da Lei Estadual nº 12.536 publicada no Diário Oficial do Estado em 27 de dezembro de 1995.

A Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S.A. está vinculada às políticas estaduais voltadas ao tema estratégico "Infraestrutura e Mobilidade", e ao eixo "Ceará de Oportunidades", ambos presentes no Plano Plurianual – PPA do quadriênio 2016-2019. O resultado esperado para as políticas desenvolvidas nesse eixo é o de assegurar o desenvolvimento sustentável. O principal indicador para fins de acompanhamento do atingimento do resultado é o que trata da Movimentação da Carga no Terminal do Pecém (MCTP).

Destaque-se que o tema estratégico "Infraestrutura e Mobilidade" adere a missão do Porto do Pecém de oferecer soluções seguras e eficientes de logística de transporte multimodal de cargas, atuando como indutor de novos negócios, diretamente ou por meio de parcerias, promovendo o desenvolvimento sustentável para o Estado do Ceará e a sua visão de futuro que é tornar-se até 2030 um dos maiores portos-indústrias do país, um porto concentrador (hub) e principal acesso para a nova fronteira agrícola.

O Estado, com sua política, propõe investimentos em todos os modais de transporte, contemplando os transportes rodoviário, ferroviário, marítimo e aeroviário, envolvendo recursos estaduais e federais. Visa-se o fortalecimento dos eixos logísticos de integração regionais, adequando-os a uma nova realidade de uma rede logística eficiente. Todos os projetos têm como norteador o Programa Estadual de Logística e Transportes do Ceará- PELT/ CE, que se propõe a ser um norteador das ações do Governo do Estado, numa visão de longo prazo, fornecendo os elementos necessários à preparação de uma agenda para a política da logística de carga, que priorize os investimentos em projetos de transportes e procedimentos na cadeia logística com a maior potencialidade de obter ganhos de eficiência nos custos.

Em relação a CIPP, e de modo a ampliar a capacidade de movimentação de cargas do Terminal Portuário do Pecém, encontra-se em implantação a 2ª fase de expansão do Terminal Portuário, contemplando novos berços de atracação, uma nova ponte acesso aos píeres e o alargamento do quebra-mar existente, tudo contemplado pelo Plano de Desenvolvimento Portuário. Além desses, são necessários investimentos na retroárea e na infraestrutura on-shore do Terminal que ocorrerão pari passo ao ritmo de ampliação da estrutura off-shore e do crescimento na movimentação no porto, de modo que se mantenha o alto nível de desempenho operacional e de produtividade.

Em 25 de julho de 2018, a Companhia celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para aquisição de 10.000.000 (dez milhões) de ações da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará (ZPE), sociedade brasileira que tem como principal atribuição promover atos de gestão necessários à implantação, operação e desenvolvimento da Zona de Processamento de Exportação do Ceará. A aquisição foi realizada pelo valor de R$ 90.899.928,28 (noventa milhões, oitocentos e novamente e nome mil, novecentos e vinte oito reais e vinte e oito centavos).

As informações contábeis intermediarias individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 2 de abril de 2020.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas informações contábeis intermediarias individuais e consolidadas estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todo o período apresentado, salvo indicação contrária.

2.1. Base de preparação

As informações contábeis intermediarias individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.2. Base de mensuração

As informações contábeis intermediarias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do seguinte item:

- Instrumentos financeiros: mensurados a valor justo por meio do resultado;

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediarias individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das informações contábeis intermediarias individuais e consolidadas, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados podem ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes.

2.3. Base de consolidação

As informações contábeis intermediarias consolidadas incluem as informações da Companhia e sua controlada direta, a seguir:

	% de participação	
	set/19	dez/18
Companhia Administradora da Zona Portuária de Processamento de Exportação do Ceará - ZPE Ceará	100,00%	100,00%

As políticas contábeis foram aplicadas com uniformidade em todas as Companhias consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado atribuído aos sócios da Companhia em suas informações contábeis intermediarias consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da Companhia em suas informações contábeis intermediarias individuais.

As informações contábeis de controladas são incluídas nas informações contábeis intermediarias consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle, deixa de existir.

Saldos e transações intercompany, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intercompany, são eliminados na preparação das informações contábeis intermediarias consolidadas.

2.4. Moeda funcional

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediarias individuais e consolidadas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”) e estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5. Instrumentos financeiros

Classificação – Ativos e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais:

O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito com base na melhor estimativa da Administração.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e de sua controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

2.7. Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, são substancialmente de almoxarifado, composto de itens para consumo na operação e na administração da Companhia.

2.8. Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

2.9. Investimentos

Nas informações contábeis intermediarias individuais da controladora as informações contábeis intermediarias de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As informações contábeis intermediarias de controladas são consolidadas integralmente nas informações contábeis intermediarias consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

2.10. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício social.

Conforme OCPC05, por se tratar de um contrato de concessão de exploração de infraestrutura, somente os bens que possam ser retidos ou negociados pelos concessionários, sem interferência do poder concedente podem ser classificados como Ativo Imobilizado e contabilizado de acordo com o CPC 27. Os bens adquiridos pela Companhia e vinculados à concessão serão classificados como infraestrutura da Concessão no intangível.

Os bens recebidos do poder concedente não devem ser contabilizados e classificados no imobilizado, pois são reversíveis ao final da concessão e não podem ser livremente negociados ou retidos pela Companhia.

2.11. Ativos intangíveis

Infraestrutura da concessão

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante um prazo determinado.

O contrato de concessão estabelecido entre o Estado do Ceará e a Companhia não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura.

As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados.

Softwares

As licenças de programas de computador (softwares) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos e são amortizadas conforme vida útil.

2.13. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

2.14. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.15. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16. Participações nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.17. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de Impostos de Renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações contábeis intermediarias individuais e consolidadas. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os Impostos de Renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.18. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e registrada no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

A Companhia goza de incentivo fiscal (benefício SUDENE) de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis. Os valores correspondentes à redução do imposto de renda são contabilizados como redução das correspondentes despesas de impostos no resultado do período e posteriormente transferido para o patrimônio líquido na conta "Reserva de Incentivo Fiscal".

2.19. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.20. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) e reconhecidos ao custo de aquisição e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.21. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e de sua controlada.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

(a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3. Alienação de ações para o Porto de Roterdã ("PoR")

A Companhia e o Porto de Roterdã ("PoR") mantêm uma relação comercial desde 2016. Inicialmente a relação se deu por meio da prestação de serviços de consultoria administrativa pelo "PoR".

Posteriormente ocorreu a assinatura de Memorando de Entendimento ("MoU") em março de 2017. Esse memorando tinha como objetivo a alienação de uma participação acionária do complexo conjunto congregando a Companhia e a Companhia Administradora da Zona Portuária de Processamento de Exportação do Ceará - ZPE Ceará para o Porto de Roterdã.

No geral, o Porto de Roterdã condicionou a evolução das negociações a três pilares:

1. Companhia Administradora da Zona Portuária de Processamento de Exportação do Ceará - ZPE Ceará se tornar controlada direta da Companhia;
2. A Companhia (Complexo incluído a ZPE) se tornar uma Companhia autossustentável;
3. Propriedade conjunta.

Em outubro de 2017 foi sancionada a Lei Estadual 16.372 que autoriza o Estado do Ceará a mudar o nome da Companhia de Integração Portuária do Ceará – Cearáportos para Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S.A., amplia o seu escopo para todo o Complexo do Pecém, autoriza a aquisição da ZPE para se tornar sua subsidiária da Companhia e autoriza o Estado a ceder o uso de todos os ativos do Complexo para a Companhia, dentre outras deliberações.

Em janeiro de 2018 o Governo do Estado do Ceará e o Porto de Roterdã firmaram a estrutura do acordo, com as condições de que Roterdã adquirirá participação na Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S.A.

Em julho de 2018 a Companhia, adquire 10.000.000 (dez milhões) de ações da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará – ZPE, conforme condição estabelecida no Memorando de Entendimento ("MoU"). Maiores explicações na Nota Explicativa n° 4.

Em dezembro de 2018, foi finalizada as negociações com o Porto de Roterdã, no qual efetuou integralização de R$ 233.000 (duzentos e trinta e três milhões) equivalentes a 30% (trinta por cento) do capital social da Companhia.

4. Combinação de negócios - ZPE

Em função de um dos covenants das negociações junto ao Porto de Roterdã (conforme citado na nota explicativa n° 3), ser a Companhia Administradora da Zona Portuária de Processamento de Exportação do Ceará - ZPE Ceará se tornar controlada direta da Companhia.

A Companhia, através de processo de dispensa de licitação, devidamente homologado pelo parecer 05/2018 (processo n° 32673770/2018) emitido pela Procuradoria Geral do Estado do Ceará, em 25 de julho de 2018, celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para aquisição de 10.000.000 (dez milhões) de ações da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará - ZPE, sociedade brasileira que tem como principal atribuição promover atos de gestão necessários à implantação, operação e desenvolvimento da Zona de Processamento de Exportação do Ceará.

Devido a necessidade de dispensa de licitação, o processo de aquisição das ações da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará – ZPE, teve que seguir as previsões legais do art. 26° da Lei 8.666/93. Em função disto, a aquisição das ações da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará – ZPE se deu pelo valor de mercado.

A aquisição foi realizada pelo valor de R$ 90.899.928,28 (noventa milhões, oitocentos e novamente e nome mil, novecentos e vinte oito reais e vinte e oito centavos).

Seguindo as prerrogativas do item 45 do CPC 15 (R1) – Combinação de Negócio, a Companhia no exercício subsequente a aquisição da ZPE, e de posse de maiores informações sobre a adquirida, realizou a remensuração da combinação de negócio o que resultou em ajustes não significativo na alocação do preço de compras.

A Companhia alocou o preço de aquisição da seguinte forma:

Parcela fixa do preço de aquisição	90.900
(-) Patrimônio líquido da empresaadquirida	(13.513)
Preço pago excedente	77.387
(-) Mais valia de software	(249)
(-) Mais valia de contratos com clientes	(22.822)
(-) Mais valia de autorização para funcionamento	(54.316)

Do valor de R$ 90.900 referente ao preço de aquisição da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação do Ceará – ZPE, R$ 28.400 remanesciam a pagar em 30 de setembro de 2019.

A seguir, são apresentados os valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

	Acervo líquido adquirido em 03.08.2019	Ajuste ao valor justo	Acervo líquido adquirido ao valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	7.092	-	7.092
Contas a receber	2.250	-	2.250
Impostos a recuperar	91	-	91
Despesas pagar antecipadas	95	-	95
Ativo circulante	9.528	-	9.528
Depósitos judicais	1	-	1
Imobilizado	1.495	-	1.495
Intangível	4.513	-	4.513
Relacionamento contratual com cliente (a)	-	22.822	22.822
Autorização para funcionamento	-	54.316	54.316
Mais valia de sofware	-	249	249
Ativo não circulante	6.009	77.387	83.396
Total do ativo	15.537	77.387	92.924

	Acervo líquido adquirido em 03.08.2019	Ajuste ao valor justo	Acervo líquido adquirido ao valor justo
Fornecedores	735	-	735
Obrigações fiscais	452	-	452
Obrigações trabalhistas	822	-	822
Outras contas a pagar	15	-	15
Passivo circulante	2.024	-	2.024
Patrimônio líquido	13.513	77.387	90.900
Total do passivo e do patrimônio líquid	15.537	77.387	92.924

(a) Refere-se ao valor justo da existência de relacionamento contratual com cliente de longa data e que representa uma vantagem competitiva. Esse ativo intangível tem vida útil definida estimada em quinze anos.

5. Instrumentos financeiros

5.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de sua controlada a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia e de sua controlada se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de sua controlada.

A gestão de risco é realizada pela alta Administração da Companhia e de sua controlada, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A Alta Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado (taxa de juros)

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia e sua controlada vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (aplicável as aplicações financeiras).

Com relação a taxa de juros, a Administração da Companhia entende que esse risco é reduzido, pois somente faz investimento essencialmente atrelados ao CDI e monitora continuamente o comportamento desses indicadores no mercado, visando reduzir a exposição da Companhia e de sua controlada.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito com clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. Para os créditos com clientes, a Administração da Companhia faz o gerenciamento constantes de tais clientes.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5.2. Gestão de capital

A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que leve em consideração parâmetros adequados para os custos financeiros, os prazos de vencimento das captações e suas garantias.

6. Estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das informações contábeis intermediarias individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e de sua controlada no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para informações contábeis intermediarias individuais e consolidadas estão relacionadas a seguir:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social e outros impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas informações contábeis intermediarias individuais e consolidadas e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

b) Provisões para riscos processuais

A Companhia e sua controlada são partes em diversos processos judiciais e administrativos como descrito na nota explicativa nº 19. Provisões são constituídas para os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais. A Administração acredita que essas provisões para riscos processuais estão corretamente apresentadas nas informações contábeis intermediarias individuais e consolidadas.

7. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

a) CPC 06 R2 (IFRS 16) operações de arrendamento mercantil

O CPC 06 R2 (IFRS 16) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. O CPC 06 R2 (IFRS 16) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Companhia avaliou e concluiu que não há impactos significativos na adoção do CPC 06 R2 (IFRS 16).

b) ICPC 22 (IFRIC 23) Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 (IAS 12) quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a Entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 (IAS 12) com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

A Companhia avaliou e concluiu que não há incertezas significativas quando da aplicação de tratamentos fiscais que envolvam tributos sobre os lucros, e logo, a interpretação em questão não gera impactos qualitativos e quantitativos para o período findo em 30 de setembro de 2019.

8. Reapresentação das cifras comparativas

Com base nas orientações emanadas pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, mudanças de estimativas e ratificação de erro, a Companhia, objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial, procedeu o registro de correção dos saldos do balanço patrimonial individual e consolidado de 31 de dezembro de 2018.

Seguem os impactos do balanço patrimonial da controladora e do consolidado:

		Controladora		
	Notas	Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Caixa	(i)	222.135	(54.725)	167.410
Outros ativos circulantes		27.535	-	27.535
Total do ativo circulante		249.670	(54.725)	194.945
Aplicações financeiras - Escrow account	(i)	-	54.725	54.725
Outros ativos não circulantes		933.547	-	933.547
Total do ativo não circulante		933.547	54.725	988.272
Total do ativo		1.183.217	-	1.183.217

		Consolidado		
	Notas	Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Caixa	(i)	231.150	(54.725)	176.425
Outros ativos circulantes		29.247	-	29.247
Total do ativo circulante		260.397	(54.725)	205.672
Aplicações financeiras - Escrow account	(i)	-	54.725	54.725
Outros ativos não circulantes		926.042	-	926.042
Total do ativo não circulante		926.042	54.725	980.767
Total do ativo		1.186.439	-	1.186.439

Segue os impactos nas demonstrações dos fluxos de caixa da controladora e do consolidado:

		Controladora		
	Notas	Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Fluxo de caixa das operações		51.050	-	51.050
Fluxo de caixa dos investimentos	(i)	(79.661)	(54.725)	(134.386)
Fluxo de caixa dos financiamentos		221.461	-	221.461
(=) Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		192.850	(54.725)	138.125
Caixa no início do período		29.285	-	29.285
Caixa no final do período	(i)	222.135	(54.725)	167.410
(=) Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		192.850	(54.725)	138.125

		Controladora		
	Notas	Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado
Fluxo de caixa das operações		50.713	-	50.713
Fluxo de caixa dos investimentos	(i)	(70.309)	(54.725)	(125.034)
Fluxo de caixa dos financiamentos		221.461	-	221.461
(=) Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		201.865	(54.725)	147.140
Caixa no início do período		29.285	-	29.285
Caixa no final do período	(i)	231.150	(54.725)	176.425
(=) Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		201.865	(54.725)	147.140

(i) Em função da alienação das ações para o Porto de Roterdã ("PoR"), a Companhia teve que constituir escrow account (conta garantia) em função das contingências trabalhistas existentes. Em função disso o saldo das aplicações financeiras relacionada a essa escrow account foi reclassificado para o ativo não circulante da Companhia.

Não houve impacto nas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido.

9. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	set/19	dez/18	set/19	dez/18
Caixa	4	4	7	7
Conta corrente	64	6	78	25
Aplicações financeiras	206.849	167.400	225.631	176.393
	206.917	167.410	225.716	176.425

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

10. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	set/19	dez/18	set/19	dez/18
Mercado interno	27.135	26.579	29.067	28.474
Parcelamentos	-	498	-	498
(-) Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa	(18.555)	(12.420)	(18.555)	(12.420)
	8.580	14.657	10.512	16.552

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	Controladora		Consolidado	
	set/19	dez/18	set/19	dez/18
Aging list				
Títulos a vencer	9.355	10.499	11.287	12.207
Até 30 dias	174	1.535	174	1.535
De 30 a 60 dias	1.466	551	1.466	736
Há mais de 60 dias	16.140	13.994	16.140	13.996
Parcelamentos	-	498	-	498
	27.135	27.077	29.067	28.972

A Companhia registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos clientes.

A movimentação da Provisão Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) está demonstrada abaixo:

	set/19
Saldo iniciais em 31/12/2018	(12.420)
Adições	(6.135)
Reversão	-
Saldo finais em 30/09/2019	(18.555)

11. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	set/19	dez/18	set/19	dez/18
Saldo negativo de IRPJ e CSLL	9.587	9.587	9.594	9.595
PIS e COFINS a recuperar	28	110	28	110
IRRF a recuperar	2.331	393	2.331	393
Demais tributos a recuperar	785	258	785	257
	12.731	10.348	12.738	10.355

12. Aplicações financeiras – Escrow account

Refere-se a valor mantido em aplicação financeira (Escrow Account) oriundo da alienação de parte das ações ao Porto de Roterdã ("PoR"), conforme Nota Explicativa n° 3. O Saldo está aplicado em certificado de depósito bancário com referência a 100% do "CDI".

13. Investimentos

A movimentação dos investimentos está demonstrada abaixo:

	ZPE (ii)	Mais valia - contratos com clientes	Mais valia - autorização de funcionamento	Inestimentos mantidos ao custo (i)	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2018	13.496	21.510	55.877	23	90.906
Resultado de equivalência patrimonial	9.187	-	-	-	9.187
Saldo final em 30 de setembro de 2019	22.683	21.510	55.877	23	100.093

(i) Refere-se a investimento mantidos nas empresas Têxtil Bezerra de Menezes – TBM e Gerdau S/A. A Companhia não mantém influência significativa sobre tais investimentos, em função disso, mantém ao valor de custo;
(ii) Vide Nota Explicativa n°4.

14. Imobilizado

	Controladora			
	set/19			dez/18
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Valor líquido
Móveis e utensílios	1.834	(1.028)	806	814
Máquinas, equip. e ferramentas	3.573	(1.592)	1.981	1.910
Veículos	2.898	(2.028)	870	1.215
Equipamentos de proc dados	5.416	(3.740)	1.676	2.411
Embarcações	29	(12)	17	19
Equipamentos de comunicações	867	(423)	444	466
Outros bens imóveis	15	(2)	13	13
Instalações portuárias e marítimas	48	(6)	42	43
Biblioteca	5	(5)	-	1
Camara frigorifica	210	(159)	51	57
Veículos aéreos não tripulados	10	(1)	9	10
Totais	14.905	(8.996)	5.909	6.959

	Consolidado			
	set/19			dez/18
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Valor líquido
Móveis e utensílios	1.967	(1.078)	889	906
Máquinas, equip. e ferramentas	4.351	(1.671)	2.680	2.637
Veículos	3.173	(2.206)	967	1.354
Equipamentos de proc dados	6.046	(3.994)	2.052	2.882
Embarcações	29	(12)	17	19
Equipamentos de comunicações	867	(423)	444	466
Outros bens imóveis	15	(2)	13	13
Instalações portuárias e marítimas	48	(6)	42	43
Biblioteca	5	(5)	-	1
Camara frigorifica	210	(159)	51	57
Veículos aéreos não tripulados	10	(1)	9	10
Totais	16.721	(9.557)	7.164	8.388

Movimentação do Ativo Imobilizado:

	Controladora				
	Movimentação do ativo imobilizado				
Bens em Operação	dez/18	Aquisições	Baixas	Depreciações	set/19
Móveis e utensílios	814	166	(10)	(164)	806
Máquinas, equip. e ferramentas	1.910	337	(15)	(251)	1.981
Veículos	1.215	-	(38)	(307)	870
Equipamentos de proc dados	2.411	-	(2)	(733)	1.676
Embarcações	19	-	-	(2)	17
Equipamentos de comunicações	466	43	-	(65)	444
Outros bens imóveis	13	-	-	-	13
Instalações portuárias e marítimas	43	-	-	(1)	42
Biblioteca	1	-	-	(1)	-
Camara frigorifica	57	-	-	(6)	51
Veículos aéreos não tripulados	10	-	-	(1)	9
	6.959	546	(65)	(1.531)	5.909

	Consolidado				
	Movimentação do ativo imobilizado				
Bens em Operação	dez/18	Aquisições	Baixas	Depreciações	set/19
Móveis e utensílios	906	166	(10)	(172)	890
Máquinas, equip. e ferramentas	2.637	337	(15)	(278)	2.681
Veículos	1.354	-	(38)	(349)	967
Equipamentos de proc dados	2.882	-	(2)	(830)	2.050
Embarcações	19	-	-	(2)	17
Equipamentos de comunicações	466	43	-	(65)	444
Outros bens imóveis	13	-	-	-	13
Instalações portuárias e marítimas	43	-	-	(1)	42
Biblioteca	1	-	-	(1)	-
Camara frigorifica	57	-	-	(6)	51
Veículos aéreos não tripulados	10	-	-	(1)	9
	8.388	546	(65)	(1.705)	7.164

15. Intangível

Movimentação do Ativo intangível

	Controladora			
	Movimentação do ativo intangível			
	dez/18	Aquisições	Amortização	jun/19
Direito de uso	833.788	9.164	-	842.952
Software	1.265	-	-	1.265
Amortização direito de uso	(1.720)	-	(24.334)	(26.054)
Amortização software	(720)	-	(141)	(861)
	832.613	9.164	(24.475)	817.302

	Consolidado			
	Movimentação do ativo intangível			
	dez/18	Aquisições	Amortização	jun/19
Direito de uso	835.749	9.164	-	844.913
Software	5.465	669	-	6.134
Amortização direito de uso	(1.506)	-	(24.334)	(25.840)
Amortização software	(2.534)	-	(886)	(3.420)
Mais valia na aquisição da ZPE Ceará	21.510			21.510
Ágio na aquisição da ZPE Ceará	55.877	-	-	55.877
	914.561	9.833	(25.220)	899.174

A amortização, quando aplicável, é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

16. Fornecedores

Composto por fornecedores nacionais, substancialmente para manutenção do funcionamento e operações das instalações da Companhia e sua controlada, o prazo de pagamento médio não supera 60 dias. Em 30 de setembro de 2019, os saldos apresentados na rubrica são nos montantes de R$ 5.440 mil e R$ 6.893 mil, respectivamente na controladora e consolidado (2018: R$ 4.893 mil e R$ 5.499 mil).

17. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	set/19	dez/18	set/19	dez/18
IPPJ e CSLL a recolher	1.418	276	2.752	344
IRRF a recolher	34	37	103	144
ISS a recolher	740	451	814	559
PIS e COFINS a recolher	1.613	1.448	1.757	1.742
INSS de terceiros a recolher	244	232	403	232
	4.049	2.444	5.829	3.021

18. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	set/19	dez/18	set/19	dez/18
INSS a recolher	386	414	447	733
FGTS a recolher	96	135	110	397
Provisão para férias	1.523	1.463	1.657	1.585
INSS provisão de férias	407	424	443	458
FGTS provisão de férias	122	117	133	127
IRRF sobre folha	227	373	227	373
Outras obrigações sociais	1.139	27	1.275	200
Rescisões a pagar	-	67	-	67
	3.900	3.020	4.292	3.940

19. Provisões para contingências

A Companhia é parte envolvida em vários processos cíveis e trabalhistas que se encontram aguardando julgamento em diversas instancias. As provisões para contingências, para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores e nas normas específicas. As ações que foram prognosticadas como prováveis perdas para a Companhia estão provisionadas.

	Controladora		Consolidado	
	set/19	dez/18	set/19	dez/18
Contingências trabalhistas	50.158	48.103	50.158	48.103
	50.158	48.103	50.158	48.103

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível, trabalhista e juizados especiais, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível no montante de R$ 378 mil.

20. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2019 totaliza em 49.211.720 ações, todas de classe única (ordinária), nominativas e sem valor nominal. A composição acionária é distribuída da seguinte forma:

	Ações ON	Total	% Participação
Estado do Ceará	34.452.773	34.452.773	70,01
Port of Pecém Participações BV	14.758.947	14.758.947	29,99
	49.211.720	49.211.720	100,00

Em 23 de abril de 2019 ocorreu Assembleia que aprovou a incorporação do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no valor de R$ 763.265 mil. O referido ato somente foi aprovado na Junta Comercial do Ceará – JUCEC em 14 de outubro de 2019.

(b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social

(c) Reserva de lucros a realizar

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de lucros a realizar é criada somente depois de considerados os requisitos previstos nos art. 30°, 31° e 32° do estatuto social da Companhia.

(d) Reserva de incentivo fiscal

A Companhia possui o benefício fiscal da Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade portuária.

O processo de modernização foi comprovado perante a SUDENE, por meio de documentação e verificação pela visita técnica que a Companhia recebeu dos analistas da SUDENE.

O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução pelo benefício fiscal, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação a importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis. Conforme determina o artigo19, §§ 3º e 5º, do decreto – Lei nº 1.598/77.

21. Receita líquida de vendas

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos serviços prestados é como segue:

	Controladora		Consolidado
	set/19	set/18	set/19
Receita de serviço	136.381	126.531	173.027
Deduções da receita			
(-) COFINS sobre receita	(10.341)	(9.751)	(13.131)
(-) PIS sobre receita	(2.245)	(2.113)	(2.851)
(-) ISS sobre receita	(6.540)	(5.306)	(7.984)
(-) Cancelamento de serviços	(317)	(6)	(316)
Receita operacional líquida	116.938	109.355	148.745

22. Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado
	set/19	set/18	set/19
Energia elétrica	11.499	11.882	11.499
Serviços prestados	10.142	10.702	13.196
Custo com pessoal	9.010	8.592	13.827
Manutenção e conservação	6.260	3.322	6.359
Outros	2.905	2.453	2.905
Depreciação e amortização	481	417	481
Materiais auxiliares	3	274	3
Combustíveis e lubrificantes custo	216	129	371
	40.516	37.771	48.641

23. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado
	set/19	set/18	set/19
Despesa com pessoal	8.981	7.874	16.198
Serviços prestados	9.986	8.443	10.066
Depreciação e amortização	25.525	1.402	26.444
Honorário da Administração	571	856	1.460
Outras despesas	1.098	1.223	2.760
Energia elétrica	637	463	1.005
Seguro portuário	847	327	847
Viagens e estádias	170	251	203
PECLD	6.135	-	6.135
Feiras e eventos	228	298	271
Combustíveis e lubrificantes	118	72	118
Telecomunicação	216	208	216
Manutenção e conservação	97	197	575
Materiais de expediente	376	166	463
	54.985	21.780	66.761

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado
	set/19	set/18	set/19
Receitas financeiras			
Descontos obtidos	3	10	3
Juros ativos	133	662	635
Outras receitas financeiras	60	113	60
Rendimentos de aplicações financeiras	10.890	1.323	11.386
	11.086	2.108	12.084
Despesas financeiras			
Descontos concedidos	(205)	(789)	(205)
Outras despesas financeiras	(5)	(13)	(41)
	(210)	(802)	(246)
Total	10.876	1.306	11.838

25. Impostos sobre a renda

	Controladora		Consolidado
	set/19	set/18	set/19
Impostos corrente			
(-) Imposto de renda	(9.392)	-	(12.236)
(+) Incentivo Fiscal - SUDENE	5.125	-	5.125
(-) Contribuição social sobre o lucro líquido	(3.462)	-	(4.493)
Impostos diferidos			
(-) Imposto de renda	2.131	-	2.131
(-) Contribuição social sobre o lucro líquido	767	-	767
	(4.831)	-	(8.706)

Reconciliação da alíquota efetiva

	Controladora		Consolidado
	set/19	set/18	set/19
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	39.121	48.644	42.996
Imposto calculado com base em alíquotas vigentes - 34%	(13.301)	(16.539)	(14.619)
Itens de reconciliação			
Subvenção SUDENE	5.125	-	5.125
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	2.086	-	2.086
Provisão para contingência	699	-	699
Equivalência patrimonial	(3.124)	-	-
Outros adições (exclusões) temporárias	3.684	16.539	(1.997)
Encargo fiscal	(4.831)	-	(8.706)
Alíquota efetiva	12,35%	0,00%	20,25%

A seguir, a composição dos tributos diferidos:

	Controladora e consolidado			
	set/19		dez/19	
	Base	Tributos diferidos	Base	Tributos diferidos
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	18.555	6.309	12.420	4.223
Provisão para contingências	50.158	17.054	48.103	16.355
Outros tributos diferido	(332)	(113)	(332)	(113)
(-) Ativos fiscais diferidos não contabilizados (i)	(51.791)	(17.496)	(51.791)	(17.609)
	16.590	5.754	8.400	2.856